

Posicionamento Suzano

Relacionamento com Comunidades



Relacionamento com Comunidades

Resumo Executivo

A Suzano reconhece a importância e os direitos legalmente constituídos das comunidades, sejam elas tradicionais (indígenas, quilombolas, entre outras) ou não. Diante da complexidade dos desafios e das oportunidades existentes, a Suzano construiu uma ampla estratégia de relacionamento e atuação nos territórios, orientada por metas corporativas de longo prazo e pautada no diálogo transparente com todas as partes interessadas.

A estratégia também prevê programas sociais abrangentes e robustos, gestão dos impactos das operações e processos claros de mediação de conflitos, integrados sob uma mesma perspectiva metodológica denominada Territórios Resilientes. Neste documento, são apresentadas informações adicionais sobre esse processo metodológico, o detalhamento dos programas sociais de maior abrangência desenvolvidos nos últimos anos, bem como os principais conflitos gerenciados pela companhia.

Posicionamento

Reconhecemos a importância e os direitos legalmente constituídos das comunidades, sejam elas tradicionais (indígenas, quilombolas, entre outras) ou não.

Em nossa Política Corporativa de Direitos Humanos (junho, 2020), assumimos publicamente a responsabilidade de identificar, mitigar e prevenir possíveis impactos socioambientais negativos das nossas atividades nas comunidades vizinhas, assim como contribuir com a preservação dos costumes, recursos naturais e com a sobrevivência das populações tradicionais em nosso entorno.

Assumimos também o compromisso de ampliar nosso papel na cadeia de valor e na sociedade por meio de metas de longo prazo que norteiam nosso caminho ao longo dos próximos dez anos. Dentre as metas, destacam-se duas que se conectam diretamente a evolução do relacionamento da Suzano em seus territórios de atuação:

- Aumentar o índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 40% nos municípios prioritários de relacionamento, e
- Retirar 200 mil pessoas da condição de extrema pobreza em suas regiões de atuação, as duas com finalização em 2030.

Consciente dos desafios socioeconômicos, ambientais e institucionais existentes nos territórios onde atua, a Suzano desenvolveu uma nova estratégia de relacionamento chamada de “Territórios Resilientes”. Territórios considerados resilientes são aqueles socioeconomicamente diversos, menos vulneráveis e mais preparados para lidar com mudanças, complexidade, crises e perturbações múltiplas, evitando disrupções, colapsos e preservando sua base de recursos, sendo por isso mais sustentáveis no longo prazo.

O foco em “Territórios Resilientes” será sustentado por uma ampla carteira de programas sociais desenvolvidos ao longo dos últimos anos, com a premissa básica de apoiar às comunidades locais na resolução de suas demandas organizacionais, socioeconômicas, ambientais e educacionais.

Na linha da geração de renda, os programas articulam estratégias de combate à pobreza a partir de três eixos principais:

- Garantir a segurança e a soberania alimentar das famílias, fortalecendo seu potencial produtivo com investimento em insumos e no suporte técnico.
- Estimular a autonomia das comunidades através da formalização e organização de suas associações, a formação de redes de apoio e o incremento de sua participação nas políticas públicas e colegiados territoriais.
- Oferecer suporte na viabilização de canais de comercialização mais rentáveis e inclusivos (mais detalhes sobre os Programas de Geração de Renda seguem no fim deste posicionamento).

O apoio da Suzano nos programas prevê equipe própria dedicada e consultorias técnicas especializadas. Prevê também a cessão de áreas para uso produtivo pelas associações sem acesso à terra, fornecimento de insumos básicos para estruturação das atividades produtivas, suporte técnico e financeiro para captação de recursos e articulação regional junto a outros parceiros estratégicos. Hoje, atendemos com estes programas mais de 5 mil famílias organizadas em 161 associações de 40 municípios, em 8 Estados diferentes.

Consciente da complexidade de se quebrar os ciclos de pobreza existentes nos territórios, em complemento a estratégia que visa a geração de renda, temos também o Programa Suzano de Educação. A evolução nos indicadores educacionais é fundamental para que as melhorias na qualidade de vida das famílias alcançadas hoje se perpetuem junto as novas gerações, por isso, o Programa foca investimentos no aperfeiçoamento da qualidade do ensino público, por meio do desenvolvimento profissional dos educadores e da participação social com foco na aprendizagem dos estudantes.

A Suzano atua na mobilização dos municípios e comunidades por meio do estímulo a formação de ADE’s — Arranjos de Desenvolvimento da Educação, onde municípios da mesma região trabalham em conjunto para compartilhar boas práticas, articular percursos

formativos, estabelecer ações em conjunto para otimização de custos, entre outras frentes. Para dar suporte aos ADE's, a Suzano mantém uma consultoria técnica especializada para coordenar todo o percurso técnico formativo, e um grupo de gestores territoriais locais responsável pela mobilização dos diversos públicos relevantes para os Arranjos. Em 2020, atuamos diretamente com 7 territórios, 28 municípios, 830 escolas, 11.713 educadores e 205.504 alunos.

Mecanismos de gestão socioambiental também estão presentes no nosso processo operacional para identificar, evitar e mitigar os impactos adversos das atividades da empresa, garantindo o respeito e diálogo com as áreas diretamente afetadas. São considerados como diretamente afetados os vizinhos e as localidades no raio de 3 km das áreas da empresa e/ou em rotas permanentemente utilizadas pelas operações da Suzano. Dentre estes mecanismos destacam-se:

- **Matrizes de Aspectos e Impactos Sociais** por unidade de negócio, que definem as medidas mitigadoras relacionadas a cada tipo de impacto operacional
- **Diálogo Operacional**, que prevê a comunicação prévia junto as partes interessadas (localidades, vizinhos isolados, prefeituras) quanto as operações de maior intensidade, alinhando conjuntamente as medidas mitigadoras e, também, propiciando que estas partes interessadas avaliem a efetividade de tais medidas no fim das operações

A evolução na gestão dos impactos e o foco em programas estruturantes permitiu melhoria da qualidade de vida das comunidades, tem contribuído com o ordenamento territorial e com a redução dos conflitos no campo. As pressões sociais emergem em regiões com baixa diversidade econômica, onde a presença fundiária da empresa no território é preponderante. Essa soma de fatores no passado recente, associada a processos de mecanização cada vez mais presentes nas operações, fizeram com que boa parte dos moradores locais ficassem alheios ao negócio, aumentando as pressões de movimentos sociais de luta pela terra e de comunidades tradicionais vizinhas às nossas atividades.

Reconhecemos a relevância da nossa presença nas localidades. Por isso, sempre priorizaremos solucionar conflitos de maneira amigável e equilibrada, buscando também trazer para o processo outros atores relevantes presentes no território. É importante salientar que em caso de eventuais conflitos que envolvam a integridade de nossos colaboradores, danos ao patrimônio, impedimento das operações e ocupações irregulares, buscaremos primordialmente o diálogo, a defesa no campo legal e poderemos reavaliar nosso interesse na manutenção de parcerias que não se mostrem mais efetivas à evolução do relacionamento.

Compartilhamos a seguir, um resumo dos principais conflitos gerenciados pela companhia nos últimos anos, bem como informações adicionais sobre os principais programas de geração de renda:

Comunidades Indígenas: Nas regiões onde predominam as comunidades tradicionais,

tais grupos por muito tempo se mobilizaram contra a atividade florestal no seu entorno, muito em função da sobreposição de áreas da companhia de polígonos pleiteados em processos de demarcação.

No caso de comunidades indígenas, a única sobreposição existente foi solucionada definitivamente com a demarcação de 11 mil hectares no município de Aracruz/ES, em 2007. Até a demarcação definitiva, foram muitos os eventos conflituosos entre a empresa e os indígenas no ES. No ato da demarcação, a empresa não só atendeu prontamente ao processo de desintrusão do território, como mantém a 10 anos um amplo programa de relacionamento e investimento social junto as 12 aldeias (Tupiniquim e Guarani) do município, com ações integradas e de longo prazo que visam o restabelecimento das condições ambientais necessárias para as práticas socioculturais, para afirmação da identidade étnica e para atividades econômicas sustentáveis.

Além do caso do ES, a Suzano também mantém investimentos e diálogo permanente com as demais etnias que estão no entorno de suas atividades, como o trabalho de fortalecimento da agricultura e do Artesanato Ofayé no MS, o relacionamento permanente com os Krikati, Apinajé, Guajajara, Krahô e Funi-ô no Maranhão e Pará, além de investimentos na educação indígena dos Pataxós e Pataxós Hã-hã-hãe na Bahia.

Além dos investimentos, o processo de relacionamento estabelecido respeita o direito das comunidades indígenas de participar na tomada de decisões, modificar, reter ou retirar o consentimento a uma atividade que as afete, seguindo as diretrizes do processo de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI).

Comunidades Remanescentes de Quilombos: Algumas dessas comunidades, representadas por suas associações, provocaram a abertura de processos demarcatórios em tramitação no INCRA, e que se sobrepõem a algumas áreas da empresa. Ainda não há decisão, administrativa ou judicial, em nenhum desses processos demarcatórios.

Mesmo sem uma solução definitiva para a questão fundiária quilombola, a empresa mantém várias linhas de investimento social junto a mais de 20 comunidades reconhecidas pela Fundação Palmares. Destacam-se o apoio técnico e financeiro no fortalecimento produtivo e na garantia da segurança alimentar, na regularização documental destes agricultores tradicionais e de suas associações comunitárias, apoio ao beneficiamento e comercialização de produtos da roça, estruturação de pequenos negócios comunitários, dentre eles a primeira cooperativa quilombola de prestação de serviços florestais do Brasil, fornecedora da Suzano desde 2014. Em 2020, mais de 300 famílias remanescentes de quilombo foram beneficiadas pelos programas sociais da Suzano.

Furto de Madeira e Carvão Ilegal: Em algumas regiões de atuação da Suzano, o processo de implantação da floresta anos atrás gerou uma série de mudanças na dinâmica social local,

dentre elas o isolamento de pequenas comunidades entre os plantios florestais. Nos municípios onde a diversidade econômica já era baixa, assim como a capacidade de articulação e execução de políticas públicas, o nível de precariedade das condições de vida dessas comunidades se elevou, tornando territórios inteiros dependentes da atividade florestal.

Na medida em que os processos de mecanização se intensificaram nas operações, os moradores locais ficaram cada vez mais alheios ao negócio, pois não conseguiram acompanhar as mudanças tecnológicas. Infelizmente, sem grandes opções para geração de renda, parte deles acabou inclusa no mercado ilegal do furto de madeira e produção de carvão.

Entre 2000 e 2010, houve um acirramento deste conflito entre grupos de moradores e a empresa, já que os primeiros estavam cada vez mais dependentes dos resíduos florestais para a produção de carvão, e a empresa evoluía a cada dia no aproveitamento das árvores na colheita. Neste cenário de muita demanda por resíduo e maior aproveitamento pela operação, foram muitas as paralisações de operações por comunitários, bloqueios de estradas, principalmente no norte do Espírito Santo e no sul da Bahia. A partir de 2010, uma articulação institucional com a participação de outras empresas, polícias e diversas secretarias dos dois Estados, foi montada para desarticular as quadrilhas de receptação de madeira furtada.

Em paralelo também foi iniciada em campo uma ampla estratégia de investimento social e relacionamento nas regiões mais críticas. No decorrer dos anos, com a continuidade do trabalho de campo, tivemos uma redução de 95% dos índices de furto e incêndio, e uma evolução muito grande na qualidade do relacionamento entre empresa e comunidades. Atualmente, ainda existem registros pontuais de furto de madeira em algumas regiões, mas trata-se de realidade muito distante do cenário até 2010.

Movimentos de Luta pela Terra: Em paralelo, este cenário também impulsionou a mobilização de movimentos de luta pela terra, sendo as ocupações irregulares de áreas da empresa a forma mais conhecida de atuação destes grupos. Vários movimentos atuam diretamente nesta pauta, sendo o mais conhecido deles o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Após muitos anos de ocupações pelo movimento e pedidos de reintegração pela empresa, com apoio do Governo do Estado da Bahia foi estabelecida uma mesa de negociação fundiária estadual, onde o MST, a Suzano, a Veracel e outros atores importantes se reuniram para buscar uma solução conciliatória para os conflitos fundiários no Sul e Extremo Sul Baiano.

Através da mesa, foi estabelecido um acordo entre o MST na Bahia, o Governo do Estado e o Governo Federal através do INCRA, encontrando um caminho para a desapropriação de 11 mil hectares pertencentes a Suzano, beneficiando todas as partes, dentre elas quase 600 famílias que viviam acampadas a mais de 10 anos. Além do assentamento das famílias, o acordo previu um amplo programa de acompanhamento

técnico, produtivo e ambiental dos assentamentos, o Programa Assentamentos Agroecológicos, iniciado em 2011. Também foi previsto no acordo entre as partes a construção da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, cuja obra já está em andamento no município de Itamaraju, Bahia, em uma das fazendas da Suzano que foi disponibilizada voluntariamente para desapropriação.

A Suzano atualmente está negociando com o movimento e outros atores estratégicos soluções conciliatórias para ocupações no Espírito Santo e Minas Gerais, e ainda convive com ocupações de grupos menores na Bahia, no Espírito Santo e no Maranhão.

Dentre as ocupações de grupos menores, os casos mais críticos em andamento estão no município de Conceição da Barra/ES, onde grupos se apropriaram da pauta política de comunidades remanescentes de quilombos para ocupar áreas da empresa próximas a estas comunidades, visando principalmente a especulação imobiliária com venda de lotes irregulares. Suzano, comunidades quilombolas, MPF e Governo do Estado estão atuando de maneira articulada para tentar frear o avanço destas ocupações, acompanhando de perto o andamento judicial das ações possessória solicitadas pela empresa.

Realocamento das Famílias da Comunidade Bacaba em Imperatriz (MA): Durante a construção da unidade industrial de Imperatriz no Maranhão, a empresa realocou 20 famílias da Comunidade Bacaba que estavam na área de influência do empreendimento e com condições precárias de moradia. A negociação foi amigável, de comum acordo entre a empresa e as famílias que foram realocadas para uma área segura no Povoado de São José da Matança na mesma cidade em 2013.

A Defensoria Pública do Estado do Maranhão acompanhou os termos e a execução do contrato, de modo a prevenir e evitar litígios, buscando garantir que o acordo contratual ocorresse de forma transparente, sem qualquer irregularidade.

A Suzano executou o Programa de Realocação, construiu casas novas para cada família, realizou o acompanhamento individual, melhorou e construiu estruturais públicas no local e fomentou programas de geração de trabalho e renda.

Projeto Piloto Territórios Resilientes: Territórios resilientes são socioeconomicamente diversos, menos vulneráveis e mais preparados para lidar com mudanças, complexidade, crises e perturbações múltiplas (de caráter econômico, ambiental, tecnológico, social ou político), evitando disrupções, colapsos e preservando sua base de recursos, sendo por isso mais sustentáveis no longo prazo.

Para contribuir na resiliência de um território, é fundamental uma atuação sistêmica da Suzano, que considere toda a sua influência e impacto operacional, institucional, ambiental e social, mas também a sua capacidade de se conectar com os demais atores sociais relevantes por meio de parcerias estratégicas que alavanquem as potencialidades locais e criem ambiente de cooperação mútua.

Por isso, no fim de 2020 a empresa lançou este projeto piloto, co-liderado por várias

diretorias, que tem como objetivo principal estimular ações com foco na ampliação da resiliência territorial, a partir da criação de um ecossistema de cooperação.

Para alcançar este objetivo, a metodologia prevê a elaboração de uma matriz territorial, que contemplará um mapa indicadores socioeconômicos de cada território, a influência da empresa, os atores locais mais relevantes, seu potencial de inovação e as boas práticas já estabelecidas.

Com a finalização da Matriz, será feita a priorização de ações estruturantes, por meio de uma governança que prevê a participação e o engajamento de diversas áreas da empresa relevantes em cada território e a participação de atores locais fundamentais da sociedade, garantindo assim uma visão sistêmica alinhada com todos sobre o que é preciso priorizar.

Uma premissa do projeto é priorizar ações conjuntas entre a Suzano, prefeituras, universidades, governos estaduais, governo federal, ONG's, outras empresas e comunidades, visando otimizar recursos e garantir maior escala para investir nas cadeias produtivas mais relevantes e inclusivas. Isso inclui:

- fomento a inovação e a replicação de boas práticas territoriais,
- ações para preservação dos recursos naturais,
- captação de recursos junto a parceiros de âmbito nacional e internacional,
- articulação para abertura de mercados estratégicos aos produtos das famílias de baixa renda,
- inclusão tecnológica junto a públicos vulneráveis,
- arranjos educacionais e socioassistenciais que propiciem a garantia do direito a educação de qualidade e a proteção social das crianças e adolescentes, e
- desenho de soluções fundiárias sustentáveis que possibilitem o total equacionamento dos conflitos no campo.

Principais Programas de Geração de Renda:

Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT): O Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT) foi estruturado como parte da estratégia de engajamento e diálogo com as comunidades rurais. Tem como objetivo geral "participar no desenvolvimento territorial por meio do diálogo com as comunidades rurais vizinhas, fortalecendo suas organizações e redes, tendo como premissa os princípios agroecológicos".

Como objetivos específicos, temos:

- Capacitar os participantes do PDRT para equacionarem suas demandas sociais, ambientais e econômicas, estimulando o trabalho em rede e outras formas de cooperação;

- Planejar de forma participativa e apoiar a utilização de tecnologias, adaptadas ao contexto local, que contribuam para a segurança alimentar e geração de riquezas nos territórios;
- Aumentar a renda das famílias diretamente atendidas pelo programa;
- Executar as ações de ATER com estrutura pedagógica voltada a formação de formadores.

Para o desenvolvimento do trabalho, a Suzano conta com equipes próprias dedicadas, 8 equipes parceiras e um grupo de consultores, totalizando mais de 100 profissionais que atuam integradamente nos eixos de produção, comercialização e gestão conforme descrito a seguir.

O Programa está estruturado tendo como as principais linhas de trabalho o fortalecimento da agricultura e da pecuária. Para tanto, todo o planejamento se organiza no apoio aos processos de produção, de comercialização e de gestão, tanto das famílias como das associações. Há a clareza no entendimento de que os três são de fundamental importância e de que só haverá sucesso no desenvolvimento do trabalho se houver dedicação simultânea a todos eles.

Em um primeiro momento, a proposta é garantir que as famílias participantes do programa possam ter a garantia de alimentos em sua mesa, ou seja, Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Vencida essa etapa, o plano de trabalho busca organizar as ações de forma que cada família possa comercializar os produtos excedentes, primeiro na sua própria comunidade, seja na forma de porta a porta individualmente, ou na instalação de pontos de vendas, como barraca de feira associada às demais famílias que fazem parte do PDRT. Nesse processo de comercialização desenvolvido com as famílias e associações o acesso aos mercados institucionais é de fundamental importância por seu aspecto estruturante. Assim, fornecer produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e também ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), possibilita não só gerar renda às famílias, pois dá segurança, por meio de contrato, de que se produzir terá onde vender, mas também por que melhora a qualidade da alimentação das crianças nas unidades escolares, além de proporcionar desenvolvimento local na medida em que os recursos destinados a esses serviços ficam nos próprios municípios. E esse processo se consolida com a organização das associações em Rede para que possam comprar e comercializar conjuntamente, mas também para que juntas possam se fortalecer para acessarem políticas públicas para as famílias e de que no campo da comercialização possam atuar no abastecimento do mercado local e territorial.

O PDRT está em andamento junto a 119 associações, de 29 municípios e 8 estados diferentes. São quatro mil famílias diretamente beneficiadas, que em 2019 produziram mais de 20 mil toneladas de alimentos e movimentaram mais 59 milhões de reais nos territórios através do programa.

Programa Colmeias: Criado com o objetivo de promover o fortalecimento da atividade apícola nas regiões de atuação da empresa, com foco na geração de renda, melhoria da qualidade de vida das comunidades e conservação do meio ambiente.

Objetivos específicos:

- Contribuir para a profissionalização da apicultura onde haja demanda pela atividade apícola nas regiões de atuação da empresa;
- Promover à inclusão social através da atividade apícola;
- Capacitar as associações participantes para equacionar suas demandas visando o fortalecimento e autonomia dos grupos;
- Promover o atendimento às conformidades legais nas associações;
- Contribuir para a obtenção de certificações que agreguem valor ao produto;
- Estimular a diversificação dos produtos visando acesso à novos mercados;

O apoio às famílias e associações e cooperativas é realizado por equipes técnicas que oferecem um serviço qualificado de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural. Além disso, o programa garante o livre acesso as áreas da empresa para alocação de caixas apícolas, bem como, pode prever investimentos que estejam alinhados ao diagnóstico e planejamento estratégico das Associações e Cooperativas participantes.

Atualmente, 1014 apicultores, de 42 associações apícolas em todas as regiões de atuação da Suzano participam do Programa. Em 2019, foram produzidas 931 toneladas de mel nas áreas da empresa, com um retorno direto para as famílias próximo a 7 milhões de reais.

Links relacionados:

- [Central de Indicadores – Metas de longo Prazo;](#)
- [PC 00.0012 Política Corporativa de Direitos Humanos;](#)
- [PC.00.0007 - Política de Investimentos Socioambientais e Doações;](#)